

TEXTO 4

CONSTRUÍNDO SAÍDAS: A ATUAÇÃO CRÍTICA PROFISSIONAL SOBRE O RACISMO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS.

Chegamos ao nosso último módulo, e até aqui, acumulamos um aprendizado sobre as bases de sustentação do racismo institucional e as formas como se expressa no Brasil, nesse sentido vamos concluir nossos estudos buscando aprofundar a relação entre a questão racial no SUAS e as estratégias de visibilização e de enfrentamento do racismo institucional nessa política social pública. Vamos que vamos.

O SUAS e a questão racial



Iniciamos com uma questão norteadora: Qual a relação do SUAS com racismo institucional?

Para responder essa questão, faz-se necessário sublinhar que pelo que estudamos durante o curso, já é possível afirmar que o racismo é um fenômeno estruturante no Brasil, se encontra espalhado por toda a nação, tem na constituição do mito da democracia racial uma argumentação que dificulta o seu desvelar, e tem incidência na forma de organização das políticas e serviços disponibilizados para a população. É o racismo a brasileira que nos revela a autora a seguir:

Demonstrar as limitações do conceito biológico e desconstruir seu significado histórico não leva a abrir mão de pensar nas suas implicações sociais. De um lado, o racismo persiste como fenômeno social, mesmo não mais justificado por fundamentos biológicos. De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura. (SCHWARCZ, 2010, p. 35 e 36).

Nesse sentido, relembremos que a população negra, historicamente negligenciada pelos poderes públicos, no que se refere à defesa e promoção dos seus direitos, resiste, e através dos esforços dos movimentos sociais, consegue a aprovação de leis de combate ao racismo, conforme citamos no

módulo anterior. Desta feita, consideramos que no SUAS, os ecos dessas conquistas de alguma forma se encontram presentes. Vejamos como no quadro abaixo:

Nos Princípios descritos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS- 2004).	IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, <u>sem discriminação de qualquer natureza</u> , garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais
Resolução nº. 33 de 12/12/2012 NOB/SUAS - Art. 6º. São princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS:	I - defesa incondicional da liberdade, da <u>dignidade da pessoa humana</u> , da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais; VI - combate às discriminações etárias, <u>étnicas</u> , de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras.

Analisando o conteúdo do estatuto da igualdade racial, veremos que procedem todas as iniciativas legais, nas diferentes políticas sociais públicas, inclusive no SUAS, na perspectiva da superação do racismo no Brasil, conforme descrito a seguir:

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.	Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:
---	---

	<p>I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;</p> <p>II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;</p> <p>III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;</p> <p>IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais.</p>
--	---

Também sabemos que a aprovação de legislações é insuficiente para desconstruir o que historicamente foi instituído, mas ainda assim consideramos as mesmas importantes, enquanto passos que estão sendo dado no caminho de favorecer o desenraizamento do fenômeno racial, seu debate e tomada de decisões.

No SUAS, os profissionais atuam com uma população diversificada, no que concerne, sobretudo, a sua origem étnico-racial, a orientação sexual e a identidade de gênero. São um dos sujeitos (as) que materializam a política junto aos usuários (as), daí a importância e a imprescindibilidade de nos determos sob esse aspecto, considerando que nesse processo de capacitação, o(a) participante tem o potencial de aprimorar sua práxis, com vistas a colaborar com a desmitificação da apregoada harmonia racial brasileira. Mas para isso o que precisamos fazer?

O racismo institucional no espaço sócio-ocupacional. Identificando estratégias de visibilização e enfrentamento.

Para responder a questão feita anteriormente, faço o convite para que você leitor (a) se pergunte: Sou preconceituosa? Antes de responder, PENSE, pois se nasceu e/ou foi formado no Brasil, em que o racismo, o machismo e o sexismo marcam nossa sociabilidade, possivelmente você reproduz alguma dessas práticas nas suas relações na vida cotidiana, inclusive junto aos usuários (as) da política em que atua.

Não se assuste se a resposta for sim. Proceda a análise das motivações e inicie um novo percurso. Se for não, fique atento, pois estamos a todo o tempo suscetível a práticas preconceituosas.



<http://racismoambiental.net.br>

Nesse sentido, é essencial que os profissionais acionem a dimensão investigativa na sua atuação, considerando que “ela é a dimensão do novo – questiona. Problematisa, testa as hipóteses, permite revê-las, mexem com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. (GUERRA, 2009, p. 17).

A autora citada profere ainda, que a pesquisa é um elemento central dessa dimensão que possibilita o conhecimento da realidade, de forma aprofundada, conforme veremos descritos a seguir:

Nesta rápida indicação das possibilidades de desvelamento da realidade institucional, pela via da pesquisa, vemos que, como um foco de luz que a consciência projeta sobre a realidade, o conhecimento surge de necessidades e implica uma atividade, num “pôr-se em condições” de captar adequadamente o conjunto de informações que consideramos relevantes aos nossos interesses e objetivos, de escolher determinadas respostas, de organizar e hierarquizar as respostas, de utilizá-las para nossas atividades ou projetos (pessoais ou profissionais). O conhecimento se constrói a partir de necessidades e interesses mediante um esforço de escolha e organização. Pressupõe acumulação de informações, através das quais a nova situação é avaliada e contraposta às experiências passadas, com elementos da situação presente e com uma antevisão do futuro. Não apenas a situação concreta, mas também as possíveis alternativas de respostas são avaliadas e uma, entre elas, é escolhida, visando resolver/interpretar a situação vigente, de modo que o conhecimento, no seu nível mais elevado, que é derivado da razão crítico-dialético, deve permitir tanto analisar e operar sobre o existente quanto reconhecer as tendências do movimento, “o vir a ser” dos processos sociais. (GUERRA, 2009, p. 14).

Compartilhamos com a autora a importância do conhecimento de base crítico-dialética, que permite uma análise das demandas, das necessidades sociais apresentadas pelos (as) usuáries (os) para além da aparência do fenômeno, nos permitindo avançar no entendimento das questões que se

encontram intrínsecas, a cada situação abordada pelos profissionais no cotidiano dos serviços.

Lembrando que:

Neste país miscigenado, onde o modelo de branco escapava ao alentado perfil anglo-saxônico, as cores tenderam a variar de forma comparativa. Quanto mais branco, melhor; quanto mais claro, superior. Aí está uma máxima difundida que vê no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social. Conforme o conflito passa para o terreno do subentendido, fica cada vez mais complicado desvendar o problema. Ao contrário, ele se esconde nas brechas do cotidiano, cuja decodificação é, no mínimo, passível de dúvidas. (SCHWARCZ, 2010, p. 49).

Proceder com a “suspensão do cotidiano”, no sentido de possibilitar aos profissionais a análise aprofundada das demandas, de forma interdisciplinar é essencial, na medida em que fortalece a análise das contradições presentes em nossa sociedade, dentre elas, o fenômeno do racismo e do racismo institucional tratado durante o curso.

Nesse bojo, ficar atento para a o preenchimento do item raça/cor nos diferentes documentos que precisam ser preenchidos durante os atendimentos as(os) usuárias(os) é relevante, pois assim podemos obter dados significativos para o desenvolvimento de políticas e ações visibilizando a questão racial e ampliando assim as possibilidades de enfrentamento dessa problemática.

Para concluir compartilho com vocês a informação anunciada pelo site da BBC/Brasil no dia 18 de janeiro de 2016¹, que publicou estudo que informa que 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, revela que as 62 pessoas mais ricas do mundo têm o mesmo em riqueza que toda a metade mais pobre da população global. Tal situação nos faz pensar sobre as intensas desigualdades presentes em nossa realidade, e a importância de favorecer que nossa atuação profissional também possa ser um instrumento de orientação da população acerca dos reais motivos que as expõem a situações de vida tão extremas. Reconhecer no outro um(a) sujeito(a) que também possui conhecimento é essencial para a efetivação de um trabalho digno e respeitoso.

¹ Fonte: <http://www.bbc.com>. Acessado em 29/11/2016.

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

Paulo Freire

 PENSADOR



Fonte: <http://www.paginadowill.com>

Dito isto, finalizo com a socialização da letra da música do grupo musical, o RAPPÁ intitulada: Minha Alma (A paz que eu não quero), para que possamos continuar refletindo acerca das condições de vida que se encontram subjugados parcela significativa da população brasileira. Desejo a todos (os) excelente estudo. Abraços!

Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)

O Rappa

A minha alma tá armada
E apontada para a cara
Do sossego
Pois paz sem voz, Paz sem voz
Não é paz é medo

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar
Para tentar ser feliz (x4)

As grades do condomínio
São para trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você que está nessa prisão

Me abrace e me dê um beijo
Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo,
Domingo
Procurando novas drogas de aluguel
Nesse vídeo coagido
É pela paz que eu não quero seguir admitindo
É pela paz que eu não quero, seguir
É pela paz que eu não quero, seguir
É pela paz que eu não quero, seguir
Admitindo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências profissionais. Brasília. CFESS, ABEPSS.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa, 1).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Ed: Vozes, Petrópolis, 2009.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyla, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. 2ª ed. – São Paulo: Publifolha, 2013. – (Folha Explica).